



*Órgão Mediador
das controvérsias
previdenciárias*

CRPS

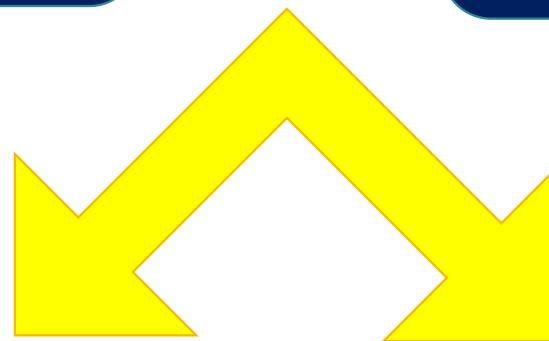
MPS
MINISTÉRIO DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL

Panorama atual do CRPS

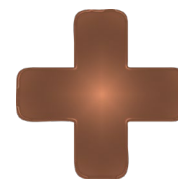
Quantidade de
processos
represados



Aumento
exponencial de
novos recursos



Quantidade
de
conselheiros e
servidores



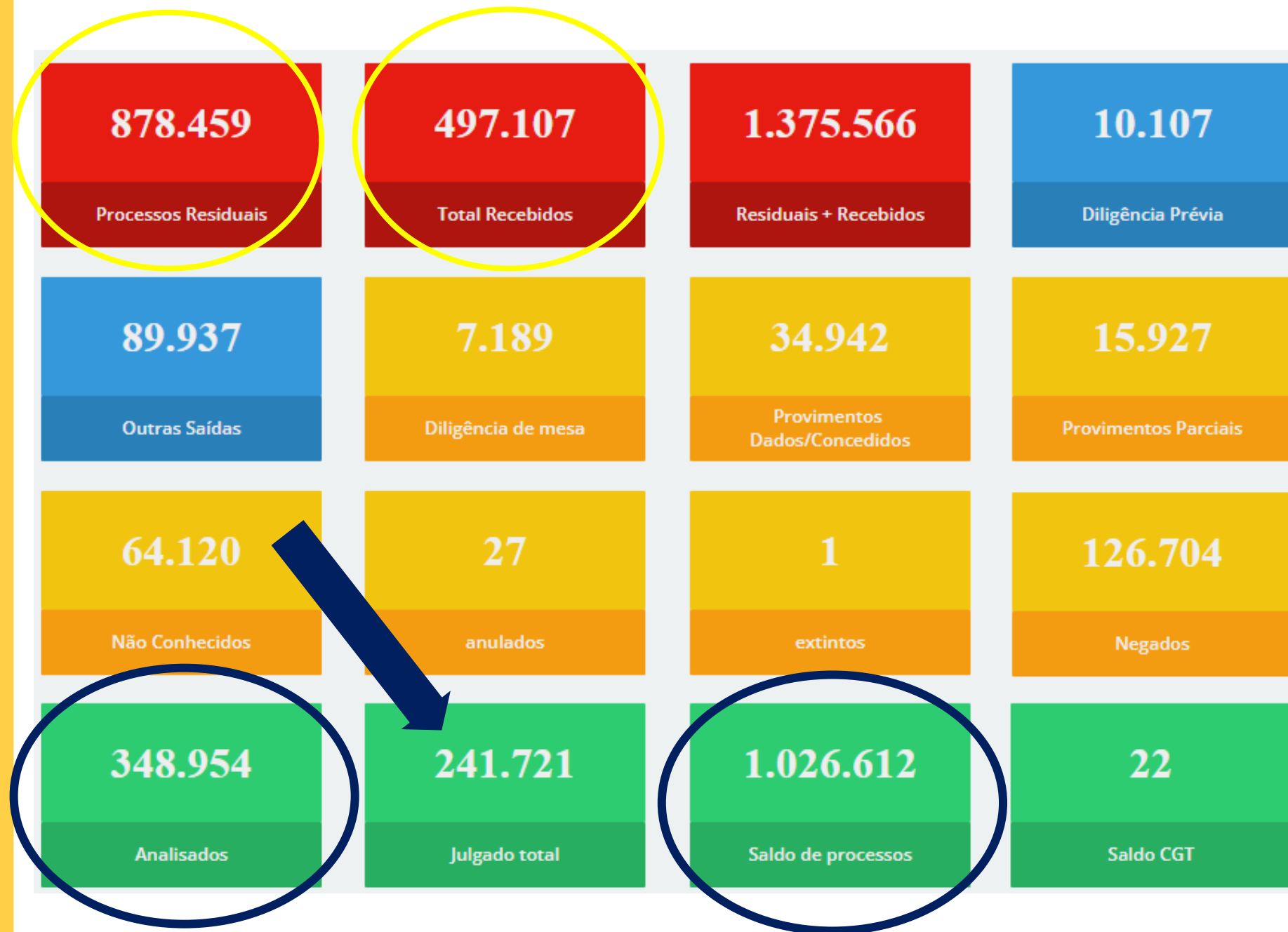
Necessidade
de melhoria e
acessos a
sistemas.

*Principais
gargalos:*

Cenário 2023

Última atualização:
05/06/2023

Fonte: [Painel E-SISREC](#)



Cenário 2022



Fonte:
Cadastro
Conselheiros CRPS -
PowerApps



RELATÓRIO ESTATÍSTICO DOS CONSELHEIROS

Última alteração em:
18/05/2023 14:05

Produção atualizada até:
abril de 2023

Conselho de Recursos da Previdência Social |
Coordenação de Gestão Técnica - CGT |
Secretaria de Previdência - SEPREV | Versão Beta 70.0

Dados desta tela são extraídos do
Sistema de Cadastro dos Conselheiros

Clique para Acessar

Produção dos
Conselheiros

Dados dos
Conselheiros Atuais

Dados Gerais dos
Conselheiros

Quantidade Atual

537

Conselheiros

Cargo

412

Suplente

119

Titular

Investidura

97

Nomeação

434

Recondução

Representação

173

EMPRESAS

175

GOVERNO

183

TRABALHADORES

Servidores: 124

Terceirizados: 4

Estagiários: 61

45 unidades julgadoras

No ano de 2022, foram nomeados 96 conselheiros
e desligaram-se 26 conselheiros

Ações internas e com outros órgãos

Alteração Regimento Interno:

Otimização dos fluxos com a finalidade de otimizar o julgamento de recursos, evitando trâmite e diligências desnecessárias.

JUNTO AO INSS E DATAPREV:

1. Novos acessos a sistemas: histórico do PAT; laudos médicos; pesquisa ação judicial; dentre outros

2. DATAPREV – tratativas em reuniões de ponto de controle.

a) Estipulação de Cronograma de prioridades;

b) Melhorar a distribuição automática dos recursos.

3. INSS – reuniões de ajuste de fluxos de requerimentos para evitar recurso desnecessários.

OUTRAS AÇÕES:

1. Criação do “sem dúvidas” – já em prática;

2. **Projeto “Vitória-régia”** – padronização de fluxos e procedimentos das unidades julgadoras, com proposta de melhoria da entrada a saída dos processos de recurso, replicado por UJ através de capacitação local;

3. **Tratar a demanda represada com a PMF – em maio: 185.755**;

4. Parcerias com os órgãos judiciais e procuradoria;

5. Reunião (online) da Presidência do CRPS e órgãos administrativos com todas as Unidades Julgadoras, de forma individual, com análise de produção, acesso a sistemas, necessidade de cursos e a dinâmica dos trabalhos;

6. Ações de julgamento de uma espécie de benefício, em todas as Unidades Julgadoras, no mesmo dia – “mutirão”.

Ação do Dia das Mães

Semana Previdenciária
Nacional de MÃES



**15-19
MAIO**



Mobilização de
Análise
Especializada de
Salário-maternidade



INSS
INSTITUTO NACIONAL
DO SEGURO SOCIAL

MiPS
MINISTÉRIO DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL

Próximas ações previstas:

Em julho e setembro: Benefício Assistencial e Pensão por Morte

Sistemas: Novidades

Parceria entre o INSS e CRPS.

Servidores:

Paulo Vitor Nazário Sermann (CRPS);

Paulo Henrique Chagas Pires (INSS); e

Cláudio Marcos Silva (INSS).

Sistema Automatizado de Instrução de Recursos Administrativos

Substitui o trabalho humano dos servidores do INSS, fazendo a instrução do recurso administrativo;

Anexa informações indispensáveis para o julgamento:

- ❖ Processo concessório;
- ❖ Informações das bases governamentais;
- ❖ Laudos periciais;
- ❖ CNIS;
- ❖ Intima a parte recorrente para a juntada de documentos e razões recursais, dentre outros.

Em execução

Sistema auxiliar na elaboração dos votos pelos Conselheiros do CRPS

Objetivos:

Piloto será testado
ainda em JUNHO

Facilitar a elaboração de votos permitindo ao Conselheiro Julgador criar um voto com as fundamentações jurídicas atualizadas, mediante alguns cliques e respondendo algumas perguntas;

Padronização das decisões do CRPS e de seus fundamentos técnicos;

Agilidade na elaboração dos votos;

Aumento significativo na produção, podendo o conselheiro chegar a 200 processos por mês.

Ações: Força de Trabalho

Objetivo:

Reduzir o estoque do passivo de processos a níveis razoáveis e com respostas a sociedade.

- 1. Reestruturação dos órgãos administrativos do CRPS;**
- 2. Nomear novos conselheiros, observando o critério de representação e, de imediato, conselheiros do governo da ativa;**
- 3. Aumentar a produção dos conselheiros que já estão com mandato, com melhor instrução do recurso, novas ferramentas (acessos aos sistemas) e fluxos de trabalho (novo fluxo GCD; “semduvida”; programa acolher; uniformização de fluxo e procedimentos com treinamento “in loco”; cursos pela escola do CRPS sobre temas específicos; palestras em parceria com o INSS);**
- 4. Contratação ou cessão de novos servidores para os serviços administrativos.**

Reestruturação produtiva de mão de obra

04 SERVIDORES EM
CADA JR E CAJ

Recompor os órgãos
administrativos

02 SERVIDORES EM
CADA COMPOSIÇÃO
ADJUNTA

06 Turmas de
Julgamento por UJ

Estrutura mínima ideal:



***Necessidade de
Reestruturação
dos órgãos
administrativos***

Atual - Dec. nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023

CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	1	Presidente do Conselho	CCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	FCE 1.10
	1	Assistente Técnico	FCE 2.05
Divisão	2	Chefe	FCE 1.07
Serviço	2	Chefe	FCE 1.05
Câmara	4	Presidente de Câmara	CCE 1.07
Serviço	4	Chefe	FCE 1.05
Junta	29	Presidente de Junta	CCE 1.05

Há pedido de reestruturação previsto para 2024

NOVAS COMPETÊNCIAS

Lei 8.213/91, atualizada pela Lei 13.849/2019 e Lei nº13.876/2019

Art. 126. Compete ao Conselho de Recursos da Previdência Social julgar, entre outras demandas, na forma do regulamento: (Redação dada pela Lei nº 13.876, de 2019)

I - recursos das decisões do INSS nos processos de interesse dos beneficiários, exceto os recursos a que se refere o art. 126-A; (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.113, de 2022)

II - contestações e recursos relativos à atribuição, pelo Ministério da Economia, do Fator Acidentário de Prevenção aos estabelecimentos das empresas; (Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)

III - recursos das decisões do INSS relacionados à comprovação de atividade rural de segurado especial de que tratam os arts. 38-A e 38-B, ou demais informações relacionadas ao CNIS de que trata o art. 29-A desta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)

IV - recursos de processos relacionados à compensação financeira de que trata a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, e à supervisão e à fiscalização dos regimes próprios de previdência social de que trata a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998. (Incluído pela Lei nº 13.876, de 2019)

**NECESSIDADE
DO APORTE
DETALHADO
NOS PRÓXIMOS
SLIDES**

**ORÇAMENTO PREVISTO
ANO 2023 PARA O CRPS**

R\$ 31.367.938,00

**O valor previsto só consegue pagar a
folha até setembro - sem aumento da
quantidade de processos julgados.**

Pagamento de Jeton Para Conselheiros

Atual	Total
Jeton/Remuneração Bruta	R\$ 33.832.015,56
Contribuição/Parte empregador	R\$ 6.766.469,26
Total	R\$ 40.598.484,85

Aporte necessário (sem aumento de julgamento)	R\$ 9.230.546,85
--	-------------------------

Nomeação de novos 160	Total
Jeton/Remuneração Bruta	R\$ 2.350.220,00
Contribuição/Parte empregador	R\$ 470.044,00
Total	R\$ 2.820.264,00

***Aumento de
produtividade
dos conselheiros
de governo e
classistas***

Atual	Total
Aumento de produtividade + jeton por ato processual +Conselheiro rep. Governo e presidentes de adjunta	R\$ 10.365.222,00
Contribuição/Parte empregador	R\$ 2.073.044,40
Total	R\$ 12.438.266,40

*Ações de
aperfeiçoamento
e uniformização*

Encontro nacional de Presidentes e Conselheiros

Objetivo:

Melhorar a gestão das Juntas de Recursos, dando mais eficiência ao fluxo dos processos; balanço anual; planejamento;

Público:
126

Valor estimado:
R\$ 614.553,38

Ações de aperfeiçoamento e uniformização

Ação	Finalidade	Quantitativo de público	Estimativa de custos
Técnicas de Elaboração de Acórdão (online)	<ul style="list-style-type: none">Melhorar qualidade das decisõesDiminuir mudanças de decisões na via judicial	650	R\$ 12.000,00
Curso sobre Agentes Nocivos (online)	<ul style="list-style-type: none">Diminuir fila de benefícios que envolvam tempo especial	650	R\$ 30.000,00
Mentoria sobre Segurado Especial (online)	<ul style="list-style-type: none">Diminuir o tempo de análise de benefícios que envolvam segurado especial, reduzindo a fila	650	R\$ 60.000,00

Ações de aperfeiçoamento e uniformização

Ação	Finalidade	Quantitativo	Estimativa de custos
Curso de aperfeiçoamento para chefes de secretaria (online)	<ul style="list-style-type: none">Dar celeridade e eficiência aos procedimentos administrativos internos e demandas externas	50	R\$ 20.000,00
Recondução de Conselheiros (online)	<ul style="list-style-type: none">Avaliar o desempenho dos Conselheiros em final de mandato, de forma a verificar gargalos e corrigir	650	R\$ 80.000,00

Ações de aperfeiçoamento e uniformização

Ação	Finalidade	Quantitativo de público	Estimativa de custos
Saúde Mental no Trabalho	<ul style="list-style-type: none">Melhora da produtividade através de ações relacionadas à saúde mental	800	R\$ 30.000,00
Cursos de aperfeiçoamento em ferramentas tecnológicas	<ul style="list-style-type: none">Utilizar a tecnologia para aumentar a produtividade, reduzindo o tempo de análise dos processos de recurso e procedimentos administrativos	800	R\$ 40.000,00
Clínicas Previdenciárias	<ul style="list-style-type: none">Programa permanente para dirimir dúvidas e propor aperfeiçoamento dos enunciados	800	R\$ 20.000,00
Total			R\$ 612.000,00

Orçamento Solicitado (APORTE)

Custeio de

- Jeton
- Vitória Régia
- Encontro Nacional
- Capacitação

R\$ 24.779.455,63

OBJETIVO:

JULGAR 200 MIL PROCESSO A MAIS QUE 2022

Necessidade Orçamentária 2024

Custeio de

- Jeton
- Encontro Nacional
- Capacitação e alinhamento

R\$ 79.879.466,80

OBJETIVO:

1.000.000,00 DE PROCESSOS JULGADOS EM 2024

Atendimento aos órgãos de controle

Recomendação: “Assim, propõe-se, recomendar ao Ministério do Trabalho e Previdência, com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que adote medidas para monitorar sistematicamente a qualidade do trabalho dos conselheiros e das decisões dos órgãos julgadores do CRPS.”

A nova proposta de seleção, com previsão da avaliação em 3 meses atende, em parte, ao que foi constatado pelo TCU

71.2. Recomendar ao MTP e ao INSS que adotem medidas no sentido de:

71.2.1. uniformizar o entendimento entre o CRPS e o Instituto quando se tratar de jurisprudência já pacificada no âmbito do Conselho;

71.2.2. facilitar o acesso dos conselheiros às informações necessárias para a análise conclusiva do recurso, minimizando o tempo gasto com saneamento dos autos, a exemplo de treinamentos que promovam o uso mais intensivo do sistema SAT Central, integração deste com o sistema e-SisRec, entre outras medidas cabíveis.

Em relação ao item 71.2.1 – Estamos começando as tratativas com o INSS - A súmula vinculante administrativa que está no RI atual atende a esta recomendação.

O item 71.2.2 – foram realizadas tratativas junto ao INSS e à DATAPREV para acesso aos sistemas. Foi solicitado o acesso ao PMF-Tarefas. Como também, a criação da coordenação e a divisão de ensino fomentará a capacitação continuada.

Atendimento aos órgãos de controle

9.3.1. promover a melhoria da produtividade dos conselheiros representantes de governo ativos, em termos de processos relatados, de acordo com o princípio da eficiência; 9.3.2. monitorar sistematicamente a qualidade do trabalho dos conselheiros e das decisões dos órgãos julgadores do CRPS, de acordo com o estabelecido no art. 9º do RI/CRPS;

Esta recomendação está bem relacionada com o pagamento de jeton para os conselheiros do governo ativo e a melhoria da sua produtividade; contratação de novos conselheiros e a reestruturação do CRPS.

